



A CRISE, O BRASIL E AS ESQUERDAS



Sede própria - SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF
Telefax: 61 3365-4099 / 3365-5277 / 3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Carlos Siqueira
Diretor-Financeiro: Renato Xavier Thiebaut
Diretor de Assessoria: Marcos Rezende Villaça Nunes
Diretor de Cursos: José Carlos Saboia
Diretora-Administrativa: Carmen Soriano Puig

CONSELHO CURADOR

Membros natos

Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo

Diretório Nacional do PSB

Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elizabeth Trindade Machado
Antônio Cesar Russi Callegari

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marcos Ferreira Duarte

Suplentes

Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

Membros eleitos pelo Conselho Curador

Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Troccoli Franca
Jaime Lewis Gorman Jr.
Alexandre Aguiar Cardoso
Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânio Medeiros

Suplentes

Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Braccarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre



ROBERTO AMARAL

**A CRISE, O BRASIL
E AS ESQUERDAS**

Brasília

2011

Fundação João Mangabeira







Para Philipp Kemper,
in memoriam.

Para Teresa,
como sempre.





Este ensaio, escrito com vistas ao XII Congresso do PSB, é obra de militante para militantes do socialismo. Produto da *práxis* coletiva, destina-se aos muitos e muitas que ainda pensam que lutar é preciso. E possível. Fruto do trabalho, destina-se a facilitar a intervenção social dos que fazem da política um instrumento diário de construção do socialismo. A partir da análise à crise estrutural do capitalismo, ainda não compreendida por setores ponderáveis da esquerda socialista, o texto procura iluminar o caminho daqueles que conhecem a lição de Ant3nio Machado: *caminhante n3o h3 caminho, ele se faz ao caminhar*.

A formulação te3rica 3 um convite 3 a33o.

No plano da pol3tica, n3o h3 obras individuais, embora todo texto exija uma assinatura. Deste livrinho s3o autores e co-atores todos os que nos 3ltimos anos t3m convivido comigo na j3 longa milit3ncia socialista. Preciso, por3m, agradecer a colabora33o mais direta dos que leram os originais e colaboraram com cr3ticas e sugest3es que muito melhoraram o original: Carlos Lessa, M3rcio Pochman, Gustavo S3n3chal, Epit3cio Brunet e Theotonio dos Santos. Um agradecimento particular ao companheiro L3o Malina, pela revis3o cuidadosa e a Regina Flores, que enfrentou os problemas do computador. Mas, explicitemos o 3bvio: todos os problemas sobreviventes, de conte3do e forma, s3o da minha inteira responsabilidade.

Rio, Laranjeiras, novembro de 2011





Sumário

Introdução	11
O panorama internacional visto de cima da ponte	15
A crise norte-americana	22
Primeira aproximação da Europa e da China	28
Mundo em crise, esquerda em crise	32
A crise da socialdemocracia	34
A crise dos partidos	36
A América do Sul e a crise.....	38
A crise dos partidos na América do Sul	39
O Brasil e a crise dos partidos	42
As praças.....	45
O Brasil e os movimentos sociais.....	51
A vitória da direita: a pós-política	53
O Brasil e a crise internacional.....	56
Ponto final	62
Outras obras de Roberto Amaral (Livros).....	69



Introdução

A segunda década do terceiro milênio apresenta-se extraordinariamente desafiadora fazendo pairar sobre todo o mundo o espectro da crise do capitalismo. Crise econômica que cedo, a partir da Europa, constrói desdobramentos políticos e institucionais, de início desestabilizando os países da Comunidade Econômica Européia (nomeadamente Portugal, Grécia, Itália e Espanha), chegando mesmo a ameaçar a sobrevivência do euro para finalmente pôr em xeque o Tratado de Maastrich.

A crise ultrapassa o território de seu epicentro norte-americano para contaminar todo o mundo. Para os que gostam de consultar a História, ela relembra as turbulências desencadeadas pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque (1929), que se resolveu na II Guerra Mundial com a consolidação da hegemonia dos EUA, anunciada desde o início do século. Consabidamente, a história não se repete, a não ser como tragédia e farsa, mas podemos afirmar que vivemos já uma 'III Guerra Mundial'. Não se realizou o temido conflito Ocidente \times Oriente, URSS \times Estados Unidos, muito menos nossa civilização e o planeta foram destruídos pela hecatombe atômica. Diferentemente da tragédia de 1939-1945, a Grande Guerra de nossos dias é uma coleção de conflitos difusos operados mediante a associação militar intervencionista dos grandes países capitalistas, muitas vezes mascarada pela OTAN, como na antiga Iugoslávia, nos Balcãs, no Afeganistão, no Iraque e, mais recentemente, pelos

raids franco-ingleses sobre a Líbia. Esse militarismo agressivo se apresenta travestidosos mais palatáveis rótulos, como ‘intervenção humanitária’, luta contra o terrorismo, combate a armas de destruição em massa ou ‘defesa’ de regimes democráticos contestados domesticamente. Na verdade, o objeto é a destruição de adversários e a tomada de territórios e riquezas estratégicos, fundamentais para a geopolítica do imperialismo, que guerreia preventivamente, à ausência de desafio militar. São atingidas as populações civis e bens de caráter civil, as estruturas dos países são arrasadas para serem reconstruídas com os recursos dos próprios vencidos.

A crise é profunda e de longa maturação, acentuando as desigualdades e os desequilíbrios entre regiões e entre países e dentro dos países punindo os mais pobres. A única certeza é que não ficará adstrita aos países hoje suas vítimas imediatas. Há riscos de aumentar, tanto do ponto de vista linear quanto do ponto de vista da profundidade e da qualidade, a vulnerabilidade da economia mundial, com efeitos variáveis caso a caso, e, uma vez mais, repetamos o que todo mundo sabe, embora muita gente finja ignorar: nenhum país é uma ilha. O certo é que, comprometidos com a salvação do sistema financeiro estéril/esterilizante, os países subordinados à cantilena do FMI ainda evitam valer-se da única alternativa disponível, o investimento no mercado interno, o emprego dos recursos do Estado e de sua capacidade político-indutora para devolver o dinamismo de suas economias. Todos, porém, inclusive aqueles governados por partidos social-democratas, optaram pelo cardápio recessivista, recusando, aliás, a lição daquelas poucas economias até aqui vitoriosas no enfrentamento da crise, que são exatamente as que deram as costas aos ditames dos *Chicago-boys* e não tiveram ouvidos para o canto de sereia do monetarismo recidivo, optando por

investir corajosamente em promover o crescimento das economias locais, como fizemos nós em 2008/2009, no auge do ataque da especulação financeira internacional. E ainda é graças a este expediente que estamos mantendo expectativas de crescimento razoáveis (algo entre 3,5 e 4% a.a.), considerados os indicadores internacionais,¹ embora desprezíveis se levarmos em conta nossas necessidades (o Brasil precisa crescer minimamente a 6% ao ano), a médias dos BRICs e da América Latina. Lembremos apenas o desempenho de nossa vizinha Argentina, que caminha para um crescimento, neste 2010, de algo como 8%.

Ninguém consegue pensar fora dos marcos do capitalismo. O máximo concedido ao pensamento de esquerda é dizer que o desafio, para todos os países, é reduzir o desemprego e retomar o crescimento.

Mas este não se dá por geração espontânea.

Todo fenômeno político é gerador de fenômenos políticos. Isto é sabido.

No rasto da crise econômica – sem necessariamente impor relação de causa e efeito – a agonia dos mecanismos da democracia representativa, e, em praticamente todo o mundo, a falência do sistema de partidos, frustrados no papel de condutores das massas e agentes das transformações políticas. Ao final, a crise da política, o esvaziamento de seu fazer e de seus valores, que favorece a todos aqueles grupos, no Brasil e no mundo, saudosistas das soluções autoritárias.

¹ A OCDE estima em ,5% o crescimento da economia européia. Valor: 11.11.11, p. A12



A CRISE, O BRASIL E AS ESQUERDAS

O panorama internacional visto de cima da ponte

A crise geral do capitalismo, estrutural, detonada pela bancarrota do sistema de crédito imobiliário dos EUA (2007) e a quebra do *Lehman Brothers* (2008), consumou a desmoralização das teses do livre-comércio e do neoliberalismo, cantado em prosa e verso em nosso país pelos governos dos dois Fernando, com a inefável ajuda dos ‘economistas *mediáticos*’, funcionários do sistema financeiro privado ou sócios de ‘consultorias’ prestadoras de serviços ao sistema financeiro, consultorias quase sempre montadas após breve passagem de seus gerentes pelo Banco Central ou pelo Ministério da Fazenda.

A história mostrou, como já havia revelado em 1929, que o mercado desregulado é um predador.

Mas não se suponha, como tenta fazer crer o pensamento dominante, que os problemas se reduzem a essa desregulação, pois estamos em face de uma crise sistêmica do modelo de capitalismo financeiro globalizado, de sua forma de produção e acumulação. O sistema financeiro privado é estruturalmente falho, tanto quanto a exploração capitalista dos recursos planetários é predatória. O *American way of life* é inimigo da Terra e ameaça a sobrevivência da humanidade. A propósito, Marcio Porchmann lembra que a crise, ao contrário do que apregoam os comentaristas oficiais, ‘não resulta da ação de um corpo estranho ao modo de produção capitalista’ – este o verdadeiro desafio a ser enfrentado –, pois, “compreende justamente as situações específicas em que as condições de sua reprodução encontram-se esgotadas, enquanto as novas ainda permanecem imaturas”.²

² PORCHMANN, Márcio. ‘Transformação do capitalismo’. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Outubro 2011. P. 6-7

O estouro de 2008, que recrudescerá em 2011 e assustará ainda mais em 2012, está longe de indicar o apogeu de seu processo. Cada etapa da crise é uma sequência da etapa anterior que determina a seguinte, numa cadeia de passos, degraus sucessivos ou ondas, num processo de vasos comunicantes e de retroalimentação, como um círculo virtuoso ou moto-contínuo sem conflitos com as regras da termodinâmica. Se a incidência do fenômeno, sistêmico é certa, insondável é apenas o espaço-tempo de intervalo entre cada uma das ondas que formam um ciclo, o tamanho das ondas e a profundidade dos tremores de terra, isto é, das bolsas. É, portanto, inexplicável, porque especiosa, a surpresa que os *Chicago-boys* do Brasil e de todo o mundo aparentam para escamotear seu fundamentalismo econômico. Ora, bem antes do terremoto de 2008 os sismógrafos haviam registrado a crise asiática (que se dizia exclusivamente asiática...) de 1990, liderada pelo Japão (estouro da bolha imobiliária); a crise do México em 1995; ainda o México e mais a Tailândia, a Malásia, a Indonésia e a Coreia do Sul em 1997; a Argentina em 2002³. E, ainda antes, a explosão da bolha imobiliária portuguesa, a crise dos Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e da Irlanda. E o que dizer das famosas duas décadas brasileiras perdidas?

A crise, globalizada a partir de 2008, se aprofunda na União Européia. Já desestruturou a Grécia (em recessão há três anos e com uma dívida correspondente a 160% de seu PIB) e abala profundamente as economias crescentemente dependentes e frágeis de Portugal, Itália (já na UTI), Islândia, Espanha (a caminho da UTI) e Irlanda, países os quais, por

³ KRUGMAN, Paulo. *O regresso da economia da depressão e a crise actual*. 4ª ed. Editorial Presença. Barcarena. 2009

sinal, como os dois últimos principalmente, eram até bem pouco apontados pela imprensa brasileira e seus oráculos como exemplos a serem seguidos. Se tivéssemos obedecido... As dívidas de Portugal, Espanha, Itália, Irlanda e Grécia somam 3,1 trilhões de euros. Essa cifra supera o PIB da maior economia da UE, a Alemanha, que em 2010 era de 2,5 trilhões de euros⁴. Até aqui os maus ventos têm poupado a Alemanha, cuja taxa de desemprego, todavia, já alcança 9,1% da população⁵ o que pode ser reflexo dos sinais de desaquecimento da economia, com a queda de 2,7% da produção industrial em setembro p.p., e uma expectativa de crescimento variante entre 0,5 e 1%, anunciando o que os analistas oficiais chamam de ‘ambiente econômico difícil’, e a França (cuja dívida pública equivalia a 86% do PIB no segundo trimestre desta ano, ante 64% em 2007, antes de a crise ter início na região⁶, as duas principais economias européias, mas, igualmente, sede dos bancos responsáveis por grande parte do desarranjo das economias em crise, de que a Grécia é o mais escandaloso dos exemplos, em outras palavras, sede dos bancos credores dos países insolventes. A explosão italiana expõe os bancos franceses. Pois mesmo esses países não estão seguindo o figurino do Tratado de Maastricht (1992), que estabelece em 3% do PIB o limite para o déficit público. O déficit da França é de 7,1% e o da rigorosa Alemanha é de 4,3%.

Mas, evidentemente, a situação está bem mais deteriorada na Grécia (10%) e na Irlanda (30% em 2010). A Suíça, precatando-se contra uma corrida para sua moeda (o que inviabilizaria suas exportações), alinhou o franco com o euro.

⁴ NOGUEIRA, Danielle. ‘Casamento em crise na UE’. *O Globo*. 6.11.2011, 2ª edição. P. 7

⁵ *FSP*. 4.11.2011

⁶ *FSP*. 08.11.2011, p. A13.

A crise européia, que o G20, condicionado pelos interesses da banca privada ainda não pôde enfrentar, é mais profunda do que sugere a disfunção financeira porque na sua raiz está a hiperacumulação financeira especulativa e o impasse do modelo de desenvolvimento. Um bom indicador vem da Itália, a quarta potência européia, 17% do PIB do euro contra 2,5% da Grécia, hoje, por decisão de seu próprio governo, sob a supervisão dos tecnocratas do FMI, remédio que até há pouco só era receitado para os países pobres e em desenvolvimento.

O socorro da Europa, porém, é insuficiente para salvar a Grécia⁷. Pode no máximo adiar a quebra. O perdão de 50% alcança apenas a dívida privada que corresponde a apenas 25% da dívida total. Se a Grécia não voltar a crescer, será para ela impossível pagar a dívida. E com as medidas receitadas dificilmente voltará a crescer. O mesmo ocorre com a Itália.

O endividamento da Itália, que acaba de entregar os pontos, é de 1,9 trilhão de euros, correspondente a 121% de seu PIB. As conseqüências de sua crise, por óbvio, serão inumeráveis vezes mais graves que as provocadas pelo quase-calote grego. Para a Itália se coloca o mesmo desafio grego: crescer e pagar a dívida. Mas esse país assumiu com o G-20 o compromisso de, até 2013, cortar pela metade o déficit nominal, equivalente a 4,5% do seu PIB⁸. Como, pois, obter recursos para pagar dívida de tal porte, com uma brutal desaceleração da economia? A descrença do mercado veio a galope: em novembro de 2011 os títulos de sua dívida pública estavam sendo negociados a 6,9%⁹.

⁷ Na verdade, o problema não é a Grécia, um país irrelevante do ponto de vista econômico, mas a exposição dos bancos franceses e alemães. Aliás, na crise, seus maiores adversários têm sido seus aliados na OTAN.

⁸ *Valor*. 14-15, 11.2011.

⁹ *Idem*.

Na Espanha, o desemprego já atinge 5 milhões de trabalhadores, o que corresponde a 21,5% da população economicamente ativa. Os títulos de dez anos da dívida pública estão sendo negociados com juros superiores a 6% ao ano. O PIB português caiu 0,4% no terceiro trimestre; no curso do ano encolheu 1,7%. A produção caiu 5,8%, a maior perda da zona do euro, que conheceu também quedas na Alemanha (2,9%) e na Itália (4,8%)¹⁰ e França (1,9%). A produção industrial da zona do euro caiu 2% em setembro. Para muitos analistas estamos apenas no início do chamado ‘efeito dominó: Irlanda, Portugal, Grécia, Espanha, Itália... De 2008 até aqui o PIB europeu encolheu 1,9% e o índice de desemprego passou de 8% para 10%¹¹. Segundo a OIT, em 2010 foram perdidos 15 milhões de postos de trabalho.

A desmoralização das teses do neoliberalismo assincrônico foi levada a cabo com a estatização do franco-belga banco *Dexia*, salvando-o da quebra iminente, mas agravando ainda mais a fragilidade econômica da Bélgica, cuja dívida externa é equivalente ao seu PIB. Ao contrário do discurso ideológico, em nada inocente, de que o Estado deve ser afastado da atuação do mercado e que os direitos sociais não são nem direitos nem investimentos mas custos, vê-se que, em benefício do capital, o Estado volta a ser interventor, adotando medidas que sacrificam as políticas protetoras da maioria em benefício das minorias burguesas. Os exemplos são infundáveis: EUA, Bélgica, China... amanhã Grã-Bretanha...

¹⁰ FSP. 15.11.2011

¹¹ NETO, Antonio Delfim. ‘Trilhões do desemprego’. *Carta Capital*. 2 de novembro de 2011. p.7. Acrescenta o ex-ministro da Fazenda, sempre se valendo de dados da Comissão Europeia, revelados pelo seu presidente, João Duran Barroso, que “O que a Europa deixou de produzir nesses últimos três anos ultrapassa a soma de 2 trilhões de euros (...) Valor maior que o PIB brasileiro em 2010”.

Em toda parte, agora como sempre, as vítimas são os pequenos investidores e a população em geral. São eles que pagam a conta da irresponsabilidade e da corrupção do sistema financeiro privado. Proteja-se o capital e puna-se o trabalho! Velha e perversa saída da crise criada pelo próprio capital.

Ora, mandar a conta para a população pagar é o objetivo que unifica as classes dominantes.

Os recursos das economias dolosamente afetadas (não esquecer a farra dos derivativos nos EUA e as fraudes corriqueiras dos contratos em *Wall Streete* as ‘bolhas imobiliárias’) primeiro socorrem com recursos públicos (cuja origem são os impostos pagos e a pagar pelas suas populações) e com as poupanças pública e da sociedade, o sistema financeiro, que nunca salda suas contas nem é punido pelos crimes que comete, embora permaneça desapartado da economia real. De novo o exemplo do banco Dexia. Protegida a banca, impunes o baronato financeiro, seus executivos e seus *ceos*, pune-se o povo. A pena é a recessão nos países afetados, imposta pelo receituáriodos tecnocratas do FMI (cuja capacidade de estabilização se encerrou com a derrocada do sistema de *Bretton Woods*), do Banco Mundial e do Banco Central Europeu, controlados pelas grandes potências e governados pelas corporações financeiras internacionais. A recessão traz consigo o rosário conhecido de maldades: o desemprego, a desvalorização dos salários e o corte dos direitos trabalhistas e sociais, conquistas de séculos de lutas. Na verdade, o ‘sistema’ só conhece duas mesinhas para as crises por ele mesmo fecundadas: a) sustentar com recursos públicos os bancos em bancarrota e b) impor aos países vítimas a pena do receituário recessivo. O setor produtivo, esse que se lixe nesse perverso capitalismo financeiro monopolista globalizado.

A pobreza induzida é a prescrição do FMI para todas as mazelas da economia.

Outra arte dos desenvolvidos é receitar para os países periféricos o purgante liberal que antes rejeitaram: façam o que nós recomendamos e não o que fizemos. Os que se valeram do intervencionismo, de subsídios e de políticas protecionistas (graças às quais se desenvolveram), exigem dos emergentes as mais ortodoxas medidas do baú do liberalismo, mediante as quais estes jamais se desenvolverão. O tal expediente, de impedir os emergentes de usar os mesmos meios que serviram aos ricos para crescer, Ha-Joon Chang chama de ‘chutar a escada’¹².

No final de outubro de 2011 os ministros das Finanças da Comunidade Europeia, reunidos em Bruxelas, aprovavam um ‘pacote de ajuda’ aos bancos da região num montante de 108 bilhões de euros, algo correspondente a 270 bilhões de reais. E chama a participação dos emergentes para o reforço do *Special Purpose Vehicle (SPV)*, do qual China e Brasil devem recusar o ‘convite’, embora, ao lado da Índia, igualmente ‘convidada’ pretendam participar do socorro por intermédio do FMI.

Assim na pátria-mãe do capitalismo.

¹² Em entrevista a VIANA, Diego (*Valor econômico*, suplemento *Eu & fim de semana*. 30 de setembro. 2011, p. 24-5), discute as motivações por trás do ‘chutar a escada’: “Em alguns países, se faz isso por convicção ideológica: acredita-se que é um modo de ajudar os emergentes, com imposição do liberalismo. Outros são pautados por interesses corporativos, como *lobbies* que exigem do governo a abertura de mercados em países específicos. Outros querem impedir o surgimento de um ‘outro Japão’ — embora o próprio Japão, hoje, chute escadas”.

A crise norte-americana

A avaliação da crise norte-americana tem levado analistas apressados a vaticinarem seu imediato colapso, transformando em realidade sonhos idealistas, os quais muitas vezes terminam em pesadelo.

Não obstante a crise e os abalos que determinou, os EUA, o país mais rico do mundo, têm ainda a mais forte moeda internacional (sem candidata à sucessão), que podem emitir sem peias. O dólar funciona com um grande porta-aviões escolhido pelo capitalismo mundial para o seu pouso. É simplesmente a moeda que expressa a dívida internacional. No Brasil, e em todo mundo, sua sobrevalorização é um estorvo para nossas exportações. Os EUA possuem, com anos-luz de distância do resto do mundo, o maior aparelho militar de todos os tempos, no qual continuam investindo¹³. Suas tropas, seus aviões, suas belonaves, seus porta-aviões, seus *marines* estão presentes em todos os continentes. Mais do que tropas de ataque (tarefa dos mísseis), são armas de ocupação. São os EUA o maior centro científico-tecnológico do mundo e o campeão mundial de patentes, o maior produtor cultural (dominam mercado editorial, o mercado mundial do cinema, da televisão, do entretenimento e da música), o primeiro destino turístico do mundo, e ainda o principal beneficiário do inglês como a mais importante língua internacional.

Enquanto grassa a crise, os investidores – países como o Brasil e a China – aplicam em títulos do Tesouro norte-americano, e o dólar permanece como moeda internacional e

¹³ Finda a guerra-fria, descartada a ‘ameaça soviética’, orçamento militar dos EUA é igual a 50% dos gastos militares totais do resto do mundo.

refúgio para as aplicações. As reservas brasileiras em dólares norte-americanos, por exemplo, somam 340 bilhões. Em maio de 2011 tínhamos US\$ 212 bilhões aplicados em títulos do governo norte-americano. A China, maior economia de exportação do mundo, é também a maior credora dos EUA, detém US\$ 1,5 trilhões de dólares em títulos da dívida norte-americana e possui 3 trilhões de dólares em reservas estratégicas.

Os EUA são um gigante ferido, um império que, após o longo apogeu, começa a conhecer sua decadência, mas, como gigante, sua agonia será muito longa e cobrará preço caríssimo à humanidade, de que são testemunhas o Afeganistão, o Paquistão, os líbios, os iraquianos, os iranianos, os palestinos...

Portanto, uma ameaça gravíssima.

Mas nada abala seu projeto imperialista. Possuem com anos-luz de distância do resto do mundo, o maior aparelho militar de todos os tempos, no qual continuam investindo¹⁴. Suas tropas, seus aviões, suas belonaves, seus porta-aviões, seus *marines* estão presentes em todos os continentes. Mais do que tropas de ataque (tarefa dos mísseis), são armas de ocupação.

Aliás, a crise pode ser um fator a mais na cobrança da guerra pois poderoso complexo industrial-militar “tem vida própria na criação de conflitos armados em defesa da ordem imperialista e do rico comércio de armas”.

Ademais, com o desemprego grassando, como trazer de volta para o país suas tropas? Com a crise da indústria, como suspender as encomendas de armas e suprimentos?

¹⁴ Finda a guerra-fria, descartada a ‘ameaça soviética’, orçamento militar dos EUA é igual a 50% dos gastos militares totais do resto do mundo.

A expressão *military-industrial complex* foi insuspeitadamente grafada pelo presidente general Dwight Eisenhower no célebre discurso de transmissão do cargo de Presidente dos EUA a John Kennedy (1961), após oito anos de governo. Peça premonitória, guarda dramática atualidade cinquenta anos passados e muito pode nos ajudar a compreender a política norte-americana:

“Fomos compelidos a criar uma indústria de armamentos permanente de vastas proporções. Além disso, três milhões e meio de homens e mulheres estão diretamente engajados no sistema de defesa. Gastamos anualmente, com segurança militar, mais que a renda líquida de todas as corporações dos EUA. Esta conjunção de um imenso *establishment* militar com uma grande indústria de armas é nova na experiência americana. A influência total, econômica, política e até espiritual se faz sentir em cada cidade, em cada assembléia, em cada repartição do governo federal”. Eis, na palavra de um velho cabo-de-guerra, comandante das forças norte-americanas na II Guerra Mundial, presidente da maior potência do mundo, o reconhecimento quase dramático da autonomia econômica das guerras e do círculo vicioso do desenvolvimento industrial capitalista: a economia de guerra gerando o desenvolvimento industrial que exige a guerra para poder continuar crescendo”¹⁵.

¹⁵. Cf. AMARAL, Roberto. *Socialismo & democracia*. Brasília. 2011. Fundação João Mangabeira. P. 282-3. A íntegra do discurso pode ser encontrada no endereço cnn.com/custom-news.

Ainda longe de indicar o elenco de seus desdobramentos, a crise vem abrindo caminho à ação imperialista dos Estados Unidos e de seu braço armado europeu, a OTAN, operada na invasão da Líbia pelos governos da Inglaterra e da França, os mesmos que já haviam atacado Suez, destruído a Iugoslávia, participado da invasão do Iraque, e, sedentos, esperam apenas o aceno do comandante para bombardear o Irã, operação que a mídia começa a preparar. A propósito, diz a nossa *Folha* reproduzindo a imprensa internacional: “O próximo relatório da Agência de Energia Atômica da ONU sobre o Irã, trará os indícios mais claros até agora de que o país já reúne os principais elementos necessários para o desenvolvimento de armas nucleares. É o que indica uma profusão de relatos de diplomatas ocidentais na imprensa dos Estados Unidos e do Reino Unido. (...) às vésperas da entrega do dossiê ao Conselho de Diretores da Agência internacional”¹⁶. Segundo a mesma matéria, o *The Washington Post* afirma que ‘o Irã sabe fazer a bomba’. O que é uma eloqüente besteira, pois a maioria dos países sabe (teoricamente) fazer a bomba. Os problemas são outros: poder (tecnologia) e querer fazer. Aliás, isso hoje é um segredo de polichinelo, como demonstra o cientista brasileiro Dalton Ellery G. Barroso¹⁷, pesquisador titular do Centro Tecnológico do Exército (CTEx).

Nem mesmo os néscios de carteirinha supõem que as operações da OTAN – inaceitáveis sob qualquer argumento – decorreram do arraigado amor das grandes potências aos direitos humanos ou pela democracia. A verdade fere como o sol do meio dia: o país devastado possui 45 bilhões de barris de petróleo de boa qualidade. O governo títere já

¹⁶ FSP. Ed. de 08.11.2011. p. A17

¹⁷ BARROSO, Dalton Ellery G. *A física dos explosivos nucleares*. São Paulo. Livraria da Física Editora. 2ª Ed. 2009.

negociou o fornecimento à França de 2/3 de sua produção. Com a posse do litoral Líbio a OTAN passa a controlar o Mar Mediterrâneo. Falta só a Síria, já sob ameaça...

A política externa de Obama, que continua as de Bush pai e de Bush filho, levadas adiante por Clinton, tem levado o mundo, de especial o sempre sangrado Oriente Médio, a um perigoso clima de instabilidade, caracterizado por uma política de permanente tensão internacional e escalada da violência, cuja consequência inevitável tem sido o estímulo ao armamentismo.

A crise do capitalismo, para surpresa de alguns, alimenta a recrudescência do imperialismo, com todas as consequências de seu vasto receituário: intervenções militares, unilateralismo nas relações internacionais, esvaziamento e desmoralização dos organismos multilaterais.

O quadro do Oriente Médio é simbolizado pelo sempre alimentado conflito Israel-povos árabes, notadamente palestinos, que permanecem sem direito ao seu território e ao seu Estado. O que escrevemos nesta data é o mesmo que teríamos escrito décadas passadas: continuam os assentamentos israelenses em território árabe e o arrogante desrespeito às decisões da ONU, e os EUA vetam o reconhecimento, pleiteado pela comunidade internacional, do Estado Palestino, o mesmo reconhecimento que o presidente Obama (retorno aos marcos de 1967) havia anunciado poucos meses passados.

Com esse veto os EUA perdem de vez o astucioso discurso da isenção e do multilateralismo que vinham tentando construir.

Ao reconhecimento do Estado da Palestina pela UNESCO, EUA e Israel respondem com o corte de suas contribuições àquele organismo. Israel corta a remessa

dos recursos que deve ao governo da autoridade palestina e acelera a grilagem de territórios palestinos com novas e ilegais construções na Cisjordânia. A imprensa noticia preparativos israelenses e ingleses para um provável bombardeio do Irã, a pretexto de que estaria prestes a fabricação de armas nucleares, quando o país é parte no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), ao contrario de Israel, Índia e Paquistão.

Contra o Iraque a acusação, revelada falsa, era a de que esse país ‘possuía armas de destruição em massa’. Consumado o ataque, destruído o país, confirmou-se que a Agência Internacional, a serviço dos EUA, havia mentido. As armas, cuja existência foi invocada para justificar a depredação, não foram encontradas sob os escombros do país. A razão é uma só: o temor de que se rompa o monopólio nuclear israelense na região.

Autoproclamado xerife mundial dos direitos humanos, apoiou todas as ditaduras sanguinárias do nosso e de todos os continentes, perpetuou na Guatemala crimes contra a humanidade que só encontram paralelo na loucura nazista. Suas atrocidades do Afeganistão e no Iraque ainda não estão de todo reveladas.

A grande perda dos EUA, hoje, é moral, com o fim de sua liderança, a qual precisa partilhar com aliados e antigos contendores.

Corresponde à desmoralização de um mito que, pretendendo apresentar-se como modelo de democracia, conspirou para a implantação de regimes ditatoriais por todo o mundo, em todos os continentes.

Primeira aproximação da Europa e da China

Os países da União Européia se vêm atacados pelas respectivas dívidas externas, pela retração do mercado internacional e pela crise do euro, crise que não podem enfrentar de per si, como fazem aqueles países soberanos que ditam suas políticas de câmbio de acordo com os interesses de suas respectivas economias. Ao mesmo tempo em que ditam aos dependentes aquelas políticas que rejeitam, como o livre-cambismo.

Eis a tragédia grega: o país não deveria ter ingressado na UE¹⁸; agora, não pode mais sair, vendo assim fechadas as portas de sua salvação, a saber, a possibilidade de promover uma desvalorização cambial ou de, isolada ou simultaneamente, emitir moeda (como o fazem os EUA) para pagar suas dívidas¹⁹.

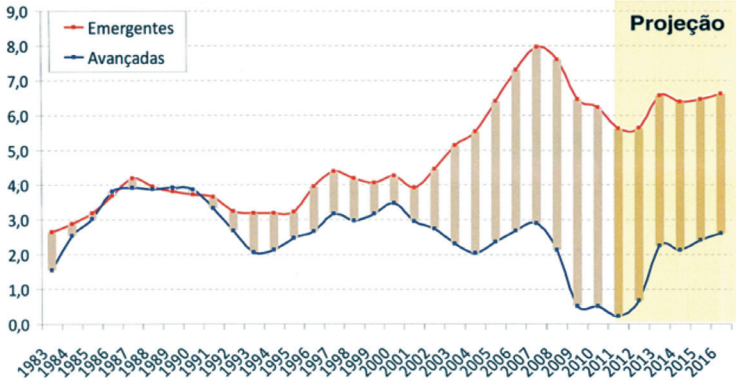
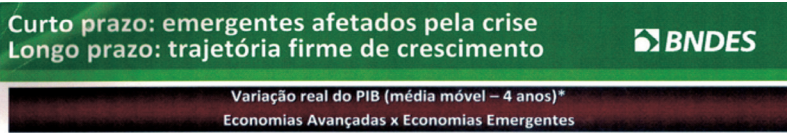
A deterioração das economias que poderíamos chamar de avançadas, associada às incertezas que cercam seu futuro imediato, conduz a desaceleração do crescimento mundial. As estimativas mais realistas apontam, para essas economias, em 2012, um crescimento de apenas 2,5%. Mas para a UE esta estimativa já é de 0,5%. Para a zona restrita do euro as mesmas projeções oscilam de 0% para crescimento negativo.

É evidente que esse cenário terá repercussões tanto relativamente à China quanto relativamente ao Brasil.

¹⁸ Anuncia-o aos quatro ventos o primeiro ministro francês.

¹⁹ País que não tem controle sobre a moeda, não tem controle sobre o câmbio, não tem controle sobre a taxa de juros, país realmente não é, pois carece de seu elementos essencial: soberania. É escravo da política econômica que lhe é imposta de fora para dentro, seja pelo FMI, seja pela banca diretamente.

Mas no curto e longo prazos os emergentes manterão seu crescimento.



Fonte: FMI/WEO set/2011. *A partir de 2011, projeções.

A banca internacional teme que as crises grega e italiana aprofundem a vulnerabilidade de toda a Europa, ameaça que se aproxima da realidade se considerarmos a desaceleração dos EUA, o breve aguçamento da crise espanhola, a queda da economia japonesa, e o projeto chinês de desacelerar sua economia. Pois a pujança do grande império do meio – Mao Tse Tung deve estar às gargalhadas – é a promessa de salvação dos EUA e... do capitalismo²⁰. Ocorre que os dois principais mercados das exportações chinesas continuam sendo a UE e...os EUA (onde os republicanos bloqueiam as

²⁰ Em acordo firmado na reunião do G-20 (Cannes, 6 de novembro), Alemanha, Brasil, China, Índia e Indonésia se comprometem a investir no consumo interno (leia-se assegurar importações) caso a expectativa de aprofundamento da crise se confirme. Ao mesmo tempo em que Espanha, Itália e a UE recorrem à Índia e ao nosso país para evitar o colapso de suas finanças públicas e ainda atendendo a apelos, se compromete em ajudar a recuperação da UE, o que fará aportando recursos ao FMI.

políticas de estímulo econômico)²¹, donde, para um crescer, o outro precisa haver crescido antes. Mas tanto os EUA quanto a UE estão reduzindo suas importações, inclusive da China. Por outro lado o gigante asiático depende mais do que tudo das exportações de manufaturados e essas da importação de matérias-primas e insumos, de que depende metade do mundo, o Brasil inclusive. Precatado, o governo chinês já deu sinais de que pretende reforçar sua rede de bancos estatais.

Da China deve-se esperar uma redução, ainda que moderada, do crescimento, num cenário que poderíamos denominar como de acomodação, em um mercado internacional absolutamente insondável, com um crescimento nos próximos anos variante entre 7 e 8%²². Esse breve desaquecimento, associado a menor exposição ao crédito e queda do ritmo de apreciação do câmbio, resistindo às pressões dos EUA, determinará menor demanda de metais (donde menor importação de minérios), o que deve afetar nossas exportações, como igualmente nos afetará o aumento da concorrência em bens de capital, setor nosso que mais tem sofrido com a depressão de investimentos.

A expectativa mais favorável para o Brasil é que a tendência à urbanização leve a China a aumentar o consumo de proteínas, daí decorrendo a demanda por carnes e frangos brasileiros.

A China, ademais enfrenta dois grandes desafios: a queda na procura pelas suas exportações e a ameaça de um colapso

²¹ A crise norte-americana conta com um agravante, qual seja a agonia de seu bipartidarismo, tornando muito problemática a governabilidade. Um bom exemplo é dado pelas negociações relativas ao aumento do teto da dívida.

²² A China, que cresceu no 10,4% em 2010, desaqueceu sua economia pelo terceiro trimestre consecutivo; de uma expansão de 9,7% no primeiro trimestre de 2011, projetando-se um crescimento de 9,5% no segundo trimestre, devendo concluir o ano com um crescimento de 8% (Cf. [HTTP://economico.sapo.pt](http://economico.sapo.pt)).

do mercado imobiliário doméstico. Relatório do FMI fala em 'riscos do setor financeiro, ameaçado por eventual estouro da bolha imobiliária e a exposição dos bancos ao crescente mercado de empréstimos informais²³. Lembrando um círculo vicioso, a expansão do mercado interno (fundamental para compensar a queda nas exportações) muito depende da melhoria dos baixos salários pagos aos seus operários (que no entanto são o atrativo para a instalação no país de fábricas do Ocidente, majoritariamente filiais norte-americanas), o que, por seu turno, pode reduzir a competitividade de seus produtos no mercado internacional e na ordem doméstica pressionar a urbanização. Agregue-se que cerca de metade da população chinesa ainda se dedica a atividades rurais; trata-se, porém, de população ávida para emigrar para as cidades, onde, ainda que baixa, a renda é três vezes maior do que a renda do campo. De novo a demanda por melhores salários e urbanização. As consequências são previsíveis. A tendência da China, porém, no curto prazo, é tornar-se ainda mais agressiva no mercado internacional, seguindo Estados Unidos e União Europeia. A China à qual nos referimos não é um país qualquer, produtor de quinquilharias a preço de banana: embora detenha apenas 8,5% do PIB mundial, é responsável por 14% da produção industrial de bens de alta intensidade tecnológica. É responsável por 7,5% da produção científica internacional²⁴. Cerca da metade de nossas exportações decorre de comodites, sem nenhum valor agregado. A exportação brasileira de produtos manufaturados, que chegou a 60% no em torno de 2000, está hoje reduzida a 36%²⁵

Quem tiver barba, que a ponha de molho.

²⁴ CANO, Wilson. *A crise econômica internacional*. Ob. cit. P.39

²⁵ Idem, p.43

Mundo em crise, esquerda em crise

Há, porém, uma esfinge a decifrar.

A esquerda socialista, diante da *débâcle* do capitalismo (para a qual não contribuiu), nada tem a comemorar, pois ela própria está em crise. Ainda com dificuldades para compreender a desconstituição do ‘socialismo real’, não foi capaz de fugir da armadilha ideológica da direita – a introjeção da falácia do fim da história –, e construir uma alternativa compreensível pelas grandes massas e executável no horizonte das atuais gerações. Ao contrário, em alguns casos quedou-se na inação, para, em outros muitos, bater em retirada, como demonstra o destino no qual se imolaram os antigos grandes partidos comunistas, tanto do Leste, onde aparentemente estavam no poder, quanto do Ocidente.

O dramático em face da crise estrutural do capitalismo é a apatia da esquerda socialista. Diante da crise, ficou surpresa. Diante dos episódios da K‘Primavera árabe’ e do ‘Ocupem Wall Street’, que se espalhou por todo os EUA e o mundo, quedou-se perplexa, presa por um verdadeiro círculo de giz caucasiano, composto pelo que Zizek descreve como resultado do fim do ‘socialismo real’: “O saudosismo da velha ordem, o populismo nacionalista de direita e uma paranóia anticomunista renovada e diferida”²⁶.

Nada obstante o estrondoso fracasso do capitalismo – fracasso econômico, político e moral – a imprensa internacional – o caso brasileiro é escandaloso – ainda se move segundo as regras da falecida Guerra Fria, gerando o

²⁶ ZIZE, Slavoj. *Viver no fim dos tempos*. Lisboa: Relógio d’água, 2011.

discurso único que parece provocar rachaduras na formação ideológica dos doutrinadores da esquerda, assustada e pessimista quando sua essência é crer e realizar utopias.

O fato objetivo, seja qual for o fenômeno detonador, é que o sistema não conhece oposição.

A crise da socialdemocracia

Repetindo histórias passadas, a crise não tem aberto espaço para as conquistas socialistas. Ao contrário, o panorama contemplado é de desmoralização da socialdemocracia na Grécia (por ela governada no auge da crise por intermédio do PSOK, partido socialista; impotente diante do desastre, foi substituído por um governo de ‘união nacional’ formado basicamente pela ultra-direita, e ainda deverá perder as próximas eleições para o direitista Mariano Rajoy), na Espanha (governada por um PSOE massacrado nas eleições de novembro) e em Portugal (governado até há pouco pelo Partido Socialista, e por isso mesmo derrotado pela direita na última eleição). Na Itália, a esquerda orgânica se autodesconstituiu; na Inglaterra os partidos Trabalhista e Conservador desempenham o mesmo papel. Na Alemanha o socialdemocrata SPD não se diferencia da CDU (democracia cristã, de Merkel). Em nosso campo apenas o *Die linke* (*A esquerda*), uma dissidência do SPD, responsável por algo como 7/8% do eleitorado.

O fracasso da esquerda europeia pode deitar raízes nas consequências até psicológicas da crise do ‘socialismo real’ que terminou derruindo organizações antes portentosas como os já referidos PCI e PCF, e abalando o movimento socialista em todo o mundo. Mas, passado o pesadelo – já estão longe a simbólica queda do ‘Muro de Berlim’ e a capitulação da URSS –, e diante da crise do capitalismo, não há como explicar o refluxo das ideias e das ações da esquerda em todo o mundo. O fato objetivo é que essa esquerda, mesmo em face da crise, tem, renunciado à crítica ao capitalismo, à defesa das teses do socialismo, ainda que fosse de um socialismo revisitado, e a dever histórico de construção de um programa alternativo, reclamado pelas

grandes massas, já nas ruas, independentemente do seu chamamento.

Relembremos Lênin completando Marx, que não previu a imensa criatividade (donde capacidade de sobrevivência) do capitalismo: jamais haverá uma crise final do capitalismo, ao menos que haja uma alternativa.

Desfeita a fantasia do 'socialismo' real, não nos foi dado reconstruir nossas teses, e mesmo a denúncia do capitalismo, malgrado sua escandalosa disfunção, refluíu. Daí o niilismo de uns, o pessimismo que justifica a inação; de outra parte a adesão às teses do neoliberalismo e a filiação à socialdemocracia, a qual, todavia, transitou do centro para a direita. Confundem-se pragmatismo e renúncia, que procura justificativa no discurso de que a 'revolução acabou', com o reconhecimento da vitória final do mercado, com a revisão do conceito de Estado e mesmo de soberania nacional. A desestruturação dos partidos e o enfraquecimento dos movimentos de massas seriam o passo seguinte e inevitável.

No governo e fora dele, a esquerda, no mundo (no Brasil puxada pelo PT) foi para o centro, mas a direita (menos nos EUA onde avançou) continuou onde estava.

Esta questão se torna mais grave, agônica e aguda naqueles países nos quais partidos de esquerda assumiram governos. Neles, de um lado não podem realizar seus programas, porque não promoveram qualquer revolução, restando-lhes como alternativa de governabilidade, firmar um pacto com o grande capital. O desafio é alcançar elevados desempenhos no jogo capitalista a saber, mostrar que a esquerda pode administrar tão bem, ou melhor, que a direita, ainda que para essa avaliação tenha que ser postos de lado questões de qualidade; de outro lado, a simples ascensão aos governos é fator de contenção do movimento sindical e dos movimentos sociais, de onde saíram seus principais líderes.

A crise dos partidos

Nunca será demais lembrar a que frangalhos foram reduzidas organizações de massa como o Partido Comunista Francês e, principalmente, o outrora tão promissor Partido Comunista Italiano, ‘o maior partido de massas do Ocidente’, inspiração da frustrada promessa do ‘eurocomunismo’²⁷. Nas pegadas do fracasso dos comunistas ortodoxos caminharam os partidos socialistas e sociais democratas como o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Português, e o Partido Socialista Operário Espanhol, apenas poucos mas significativos exemplos de falências organizacionais e ideológicas, transitando da esquerda para o conservadorismo e, em alguns casos, caminhando mesmo para a direita. Lembremos apenas o triste destino do Partido Trabalhista inglês.

Mas esses exemplos não encerram a tragédia toda, pois são exatamente os partidos de centro-esquerda que estão operando a política suja do liberalismo, impondo a suas populações o arrocho recessivo, a redução dos direitos trabalhistas e previdenciários, a crescente desigualdade de renda e cortes nos programas sociais. Ou seja, pondo em prática a plataforma da direita.

Nem Margaret Thatcher faria melhor.

²⁷ Em 1990, o partido de Gramsci e Togliatti, atingido pelos escombros do Muro de Berlim, transforma-se em Partido da Democracia da Esquerda, para em seguida, aliado a um partido de centro, transformar-se em Partido Democrático. Algo parecido e igualmente trágico assistimos aqui com a agonia velho ‘partidão (PCB)’ que terminou parindo o PPS, aliado do PSDB e do DEM. Também lá, como aqui, surgiram os dissidentes pela esquerda, que organizaram, primeiro o Partido da Refundação Comunista e, noutra crise, o Partido dos Comunistas de Itália.

Para os governos de esquerda, limitados pelas suas circunstâncias, a missão histórica se reduz à correção de falhas do sistema, jamais de questioná-lo, muito menos de construir uma alternativa. Contestação que tão pouco é exercida pelos partidos de esquerda os quais, assim, renunciam ao seu fim político. Invertendo a ordem clássica, nossos partidos ficaram à direita de seus governos e do movimento social que muitas vezes tentam aparelhar.

E assim e por tudo isso, relembando a renúncia dos partidos ao embate político, a crise do capitalismo se desenvolve sem sinais de mudanças, quer na economia, quer na política internacionais, nada obstante a estagnação e o desemprego tendam a alimentar as forças que estão sendo empurradas pela vida no mundo real para a contestação.

A América do Sul e a crise

Já antes da crise de 2008, nosso Continente, na sequência do desmantelamento das ditaduras, conhecia dois fenômenos notáveis e contemporâneos, a saber: a) a emergência dos movimentos populares (trazendo em seu bojo a afirmação da democracia eleitoral e a eleição de governos populares); e b) a recuperação econômica, à margem do liberalismo e das regras do Consenso de Washington. Aliás, nada obstante a globalização, uma das características do atual processo histórico de um mundo em transição (para o quê ainda não sabemos) é o corte do capitalismo do Sul com o do Norte: China, Brasil, Índia, Turquia, África do Sul, Argentina.

Da Europa, a América do Sul se distingue pela majoritária resistência, em face da crise econômica internacional, às prescrições do 'Consenso de Washington', que tanto encantou e encanta (ainda hoje!) nossos economistas e a imprensa colonizada. Pois foi reativando o papel indutor do Estado, promovendo a abertura do crédito (impensável sem os bancos públicos, no caso brasileiro)²⁸ e estimulando o consumo, que nossos países responderam aos abalos internacionais, e ao cabo de três anos o Continente apresenta indicadores de crescimento do PIB, em contraste com a recessão que se instalou na Europa. Brasil e Argentina são dois exemplos da resistência vitoriosa ao neoliberalismo, como Bolívia e Equador podem ser os melhores exemplos de emergência dos movimentos de massas.

²⁸ Os bancos públicos brasileiros respondem por 48% do sistema financeiro nacional.

A crise dos partidos na América do Sul

Embora a derrubada das ditaduras militares e dos governos autoritários, abrindo caminho para a retomada da democracia, tenha sido levada a cabo por movimentos de massa com destacada presença das esquerdas locais – o papel de liderança dos partidos de esquerda e socialistas no processo político e político-eleitoral constitui exceção. Em quase toda a América do Sul a ascensão das massas e a conquista eleitoral se fizeram sob o comando de grandes lideranças populares, ora sem vinculações partidárias, ora elas próprias maiores que seus partidos, o que pode anunciar percalços à continuidade da opção democrático-popular, quando os avanços políticos e os processos sociais ficam a depender, não de uma organização partidária, não de um programa para o qual se conquistou a adesão da sociedade, mas dependem pura e exclusivamente do desempenho de um líder. Ilustro esta afirmação lembrando a trajetória de Hugo Chávez.

Por outro lado, a tragédia biológica, com a qual nunca contam os líderes carismáticos, pode dar fim àqueles movimentos que não conseguirem se institucionalizar e construir novas lideranças.

A ausência dos partidos é igualmente a característica dos fortes movimentos estudantis do Chile que começam a se reproduzir na Colômbia que, aliás, acaba de eleger um ex-guerrilheiro prefeito de Bogotá. Na pátria de Allende há mesmo, por parte das lideranças estudantis com apoio na opinião pública, um ostensivo despreço pelos partidos, independentemente de coloração ideológica e

de suas respectivas histórias, pois todos são igualmente responsabilizados pelas mazelas denunciadas. Derrotada nas urnas pela direita de Sebastian Piñera, a *Concertação* é chamada pelos estudantes a explicar as reformas que deixou de fazer.

Mas não são apenas os governos chilenos de centro-esquerda que devem à história explicações pelo que não fizeram. Nenhum de nossos governos progressistas, de centro-esquerda e de esquerda realizou em seus países as reformas necessárias, nem mesmo aquelas reclamadas pelo capitalismo. Timidez? Insegurança ideológica? Correlação de forças desfavorável? Ausência de vontade política? O fato é que vamos deixar nossos governos mantendo nossas estruturas econômicas e políticas tal qual as recebemos da direita.

Por festejar, temos a consolidação da democracia em nosso Continente. Na Argentina (com os governos populares dos Kirchner a caminho do terceiro mandato consecutivo); no Uruguai (com a Frente Ampla), no Paraguai com a eleição de Lugo; na Bolívia com Evo Morales; no Equador com Rafael Correia; no Peru com Humala, na Venezuela com as sucessivas eleições de Hugo Chávez e na Nicarágua com Ortega. No Brasil, o governo popular de centro-esquerda alcança seu terceiro mandato consecutivo. No Chile, a *Concertação* perdeu para o conservadorismo de Sebastian Piñera, mas a democracia representativa foi preservada ao mesmo tempo em que é retomado o movimento de massas com os protestos estudantis.

Como garantir a continuidade desse processo progressista naqueles países ricos de lideranças personalistas, mas pobres na organização política das grandes massas?

A História não conhece situações políticas irreversíveis, e é o quadro latino-americano, quando consideramos, no geral, a precariedade de determinados avanços, sem sustentação em organizações partidárias consolidadas. No particular, agravando nossa fragilidade, os conflitos intra-esquerda (vg. Equador e Bolívia), que deverão caminho para a retomada de nossos governos pela direita.

O Brasil e a crise dos partidos

Relativamente à crise dos partidos, o Brasil não constitui exceção digna de nota. Nada obstante possuímos, em face de nossos vizinhos, e certamente com a exceção do Chile e da uruguaia Frente Ampla, um dos mais consolidados sistemas de partidos (consolidado não quer dizer eficiente), é sabido que a vitória nas eleições de 2002 foi catapultada pela liderança do presidente Lula. E foi essa liderança que assegurou a sucessão com Dilma Rousseff. Em que pese à longa história dos movimentos sociais brasileiros, da acumulação de forças representada pela história das esquerdas socialistas e comunistas brasileiras, e das forças democráticas. Mas nossas vitórias, e a ‘necessidade de assegurar a governabilidade’, ameaçada em 2005, cobraram das lideranças do governo a construção de uma base partidário-parlamentar (com evidente reflexo na composição do governo) tão ampla que, se garantiu a reclamada estabilidade, limitou sensivelmente nossa capacidade de promover mudanças estruturais.

Às esquerdas (assim mesmo no plural), faltou reflexão. Sem instrumentos para compreender a realidade na qual eram chamados a atuar, nossos partidos foram consumidos pela acrítica ocupação do aparelho do Estado, com a renúncia a qualquer transformação de qualidade. Recebemos um Estado desmantelado pelo neoliberalismo, governamos com ele, e, preservando-o tal qual o recebemos, assim vamos entregá-lo aos nossos sucessores. Que Estado é este? Um Estado desaparelhado para a defesa do bem-comum, imune à emergência dos pobres, desfeito à transparência e ao aprofundamento da democracia. Um Estado desaparelhado para o fazer, principalmente quando

este fazer diz respeito aos interesses das camadas mais pobres da população. Um Estado desaparelhado para a defesa de nosso território. Um Estado ainda garroteado pelo sistema financeiro privado e amarrado por uma burocracia autônoma sem nenhum compromisso com os interesses nacionais. Um Estado a serviço da classe dominante que ignora os projetos estratégicas nacionais, impávido diante dos reclamos sociais e do pleito por reformas estruturais, que, perfurando a epiderme, atinjam qualitativamente o regime. Um Estado servido por um Legislativo que não legisla e um Judiciário que não julga, ambos acusados de severos desvios éticos.

Ao invés de marcarmos nossas diferenças, terminamos sem cor no caleidoscópio ideológico da ‘base’ do governo.

Criticamos, com toda razão, o que a direita fez com o Estado brasileiro. Mas, no governo, nada fizemos para reestruturá-lo. A esquerda renunciou, até, ao reformismo.

Não fizemos a reforma do Estado, nem muito menos a reforma clássica do capitalismo contemporâneo, a reforma tributária.

Há pelo menos uma conseqüência a identificar: o esgarçamento doutrinário de nossos partidos. As linhas programáticas surgem condicionadas pelo pragmatismo da *realpolitik*, que põe esquerda e direita no mesmo campo de disputa eleitoral, no governo e na sociedade, com armas e ainda éticas distintas. Para a opinião pública terminamos dramaticamente confundidos, pois, ‘À noite todos os gatos são pardos’. Essa construção esquizofrênica é responsável pelo agravamento, entre nós, da crise da representação, que, desvinculando da vontade da soberania popularo exercício do mandato,

abre caminho para a crise funcional e ética do Poder Legislativo, na qual se alimenta a direita impressa²⁹.

Sem compreender a real crise do sistema político-eleitoral, e, com ela, num círculo vicioso, o agravamento da crise dos partidos, a esquerda, majoritariamente, renunciou à formulação de uma inadiável reforma política, para consumir-se na defesa de uma reforma eleitoral que ao fim e ao cabo prometia simplesmente reduzir os espaços da democracia, e abrir espaço para a hegemonia dos grandes partidos.

Na ausência dos partidos, agem as massas.

²⁹ Trato deste tema no livro *Socialismo e democracia*. Fundação João Mangabeira. Brasília. 2011

As praças

“Os jovens estão tomando as ruas, em parte, porque não acreditam mais nas urnas”³⁰.

Como fato novo, o qual ainda não temos condições de avaliar, e cujos desdobramentos também não podem ser antecipados, registramos o que os analistas de um modo geral decidiram batizar de ‘Primavera árabe’, reunindo em uma só expressão aqueles movimentos populares aparentemente espontâneos, muitos de origem religiosa, os quais, nas ruas de países há décadas governados por ditaduras em muitos casos dóceis ao Ocidente, passaram a exigir, e em muitos casos obter senão a conquista da democracia ainda em seu conceito ocidental-formal, pelo menos a queda de diversos governos reacionários e conservadores, embora no Egito o ditador (bem visto por Israel) tenha sido substituído por uma Junta Militar... A mobilização ‘espontânea’ é explicada pelo papel, ainda não seguramente medido, das ‘redes sociais’, as mesmas que estariam sendo usadas com idêntico sucesso nos chamamentos do ‘Ocupe *Wall Street*’.

Primeiro foi o Egito, com a transformação da Praça Tahir numa ágora democrática onde o povo se reuniu – aparentemente sem nenhuma convocação de ordem partidária – para exigir o fim de uma velha ditadura por muitos anos sustentada pelos EUA e Israel como antídoto a qualquer projeto, democrático ou não, que pudesse lembrar a história de Gamal Abdel Nasser.

³⁰ KULISH, Nicholas, ‘Fé nas urnas’, in O Estado de São Paulo.29.09.2011. p. A20

Formados basicamente por jovens da classe-média, outros movimentos populares explodiram na Jordânia, na Tunísia (onde Sarkozy não pôde manter Ben Ali no poder) e no Iêmen, onde, pressionado, o ditador longevo faz acordo para deixar o poder, deixando na cadeira seu vice presidente e aliado. Todos se batem contra ditaduras ou Estados autoritários, reclamando direitos sociais, econômicos e políticos.

Na Síria o ditador ainda resiste (escrevo em novembro) com o povo ocupando as ruas, e na Líbia, com o apoio decisivo dos bombardeios da OTAN, foi desmontado o regime de Kadafi, arrasado o país e finalmente, com a preciosa ajuda da aviação francesa, assassinado o ditador, com requintes de bestialidade ocidental³¹.

Ainda é cedo para prever a profundidade das reformas, pois a deposição do ditador é condição necessária mas não suficiente para assegurar o avanço político, se as reformas estruturais não são levadas a cabo. Esta, porém, é a tendência daqueles movimentos os quais, embora mobilizando as massas, não foram galvanizados por propostas e programas concretos. A ausência de novas formações políticas, apontando para a nova organização social, condena esses movimentos ao esvaziamento. Na ausência da política o proscênio é ocupado ora por juntas militares³², ora por seitas fundamentalistas, às vezes mesmo em conjunção, abrindo

³¹ Nem mesmo os néscios de carteirinha supõem que as operações da OTAN — inaceitáveis sob qualquer argumento—decorreram do arraigado amor das grandes potências aos direitos humanos ou à democracia. A verdade fere como o sol do meio dia: o país devastado possui 45 bilhões de barris de petróleo de boa qualidade. O governo títere já negociou o fornecimento à França de 2/3 de sua produção. Com a posse do litoral Líbio a OTAN passa a controlar o Mar Mediterrâneo. Falta só a Síria, já sob ameaça...

³² No Egito, Mubarak foi substituído por uma Junta Militar que exige para si o poder supremo sobre a vida política, mesmo após eleições que hesita em convocar.

espaço para Estados teológicos e autocráticos. O papel da 'irmandade muçulmana' no Egito não deve ser considerado irrelevante.

Os movimentos de massa que se espalham como rastilho de pólvora, sejam os levantes da 'Primavera árabe', por estudar, sejam os protestos contra as medidas recessivas impostas aos povos dos países devedores (Grécia, Espanha, Portugal principalmente) pelocatecismo monetarista a serviço da banca internacional, sejam já os protestos anticapitalistas difusos (EUA, Itália, Inglaterra, Alemanha, França, Japão, Filipinas, Bósnia, Austrália,...), mais ou menos na sequência do 'Ocupe *Wall Street*', são, aparentemente, erupções espontâneas e voluntaristas, de uma forma ou de outra sem a participação dos partidos, postos à margem. Até aqui sem bandeiras políticas definidas, esses movimentos parecem unificados por uma reação de fundo moral e ético que se manifesta no discurso contra as desigualdades e o sistema financeiro privado, para o qual pedem regulação. Esses protestos chegam mesmo à China (Hong Kong) e ali também mais claramente do que em qualquer outra parte, sem a presença de organizações partidárias.

Se não há indicação da existência de mecanismos políticos de convocação popular, convergem os primeiros observadores a explicar as mobilizações de massa mediante o papel, ainda não seguramente medido, das 'redes sociais', as mesmas que estariam sendo usadas com idêntico sucesso nos chamamentos do 'Ocupe *Wall Street*'.

A exclusão dos partidos é fenômeno derivado da renúncia destes à política e à contestação.

Talvez até por decorrência da orfandade político-ideológica, setores do pensamento de esquerda abandonam a

resistência e a militância, abalados pelo que Hegel chamava de ‘hipocondria do antipolítico’, caracterizada pelo desalento e a depressão que normalmente se seguem a uma grande derrota. Esta de agora é, ainda, o autodesmoroamento da URSS. A angústia de uns leva à inação; noutros setores transforma-se na auto-entrega aos ditames ideológicos do discurso único e aos apelos materiais do *statu quo*. As atuais gerações vêem seus tempos se dissiparem, e quando caminham na direção do horizonte esse parece se afastar, como uma maldição. Como o futuro transforma-se numa quimera, resta viver o presente, a qualquer custo, a qualquer preço. Inclusive ao preço da renúncia aos seus próprios valores.

Por isso mesmo, praças ocupadas são uma resposta ao agravamento das desigualdades impostas pelo capitalismo em sua fase monopolista, mas também iluminam o desapareço dos jovens ao fazer da política, à gelatina ideológica dos partidos e aos políticos que não foram capazes de resolver seus problemas. O desalento, bem servido pela grande imprensa, leva ao desencanto com os regimes democráticos, pois as grandes massas não mais vêem a democracia representativa e o processo eleitoral como alternativas. E os Murdoch, e os Civita sabem disso, como também sabem quais são as conseqüências inevitáveis da desmoralização da política. Esta, aliás, é a razão de tanto investirem neste projeto.

O grave, do nosso ponto de vista, é que essas reações à crise política e ao agravamento das desigualdades impostas pelo capitalismo em sua fase monopolista, também significam o desapareço dos jovens ao fazer da política, aos partidos e aos políticos. O desalento, bem servido pela grande imprensa, pode levar ao desencanto com os regimes democráticos. E ela sabe disso como sabe quais são as conseqüências inevitáveis da desmoralização da política.

Diante da crise, e da incapacidade de os partidos a enfrentarem, e liderar alternativas, as novas gerações que crescem sob a crise do capitalismo que estrangula a democracia e a responsabilidade democrática se sentem desamparadas, mas, ao invés de se deixarem dominar pela angústia e pelo niilismo, avançam como podem e sabem: marcham, ocupam as ruas, protestam. É evidente que o “Ocupe Wall Street” é um extraordinário avanço qualitativo diante de Woodstock, mas pode cair no vazio se o protesto não se transformar em ação, e isto depende de condução política, que depende de organização política, o que, nas circunstâncias, é um objetivo ainda muito difícil de operar.

Ao acamparem no *Zuccotti Park*, e serem reprimidos como foram, sem o protesto dos liberais brasileiros, os jovens de *Wall Street* são descendentes diretos das táticas de ocupação da Praça Tahir. Mas aí se encerram as semelhanças, pois os rebeldes norte-americanos seguem, ideologicamente, os indignados de Madri, no seu inconformismo disperso. Não lutam contra uma ditadura, como as multidões do Egito, da Líbia e da Síria. Não combatem um sistema educacional iníquo, como os universitários chilenos. Nem se insurgem contra alguma lei ou medida governamental. Formulam críticas ao sistema financeiro em ambas as duas, pelos juros que cobram e pelos lucros que acumulam. O ataque – mediante palavras-de-ordem como a nossa conhecida ‘O povo unido jamais será vencido’; ‘Democracia, sim, plutocracia não’; ‘Wall Street ocupou o governo, ocupemos Wall Street’; ‘As empresas não são a população’ – o ataque não se dirige ao capitalismo, mas mais precisamente ‘à cobiça financeira’. Mesmo quando protestam contra o desemprego, a perda de imóveis, a austeridade fiscal, a restrição das liberdades sindicais, a degradação ambiental e o endividamento dos estudantes (como no Chile) o foco dos protestos é o ‘poder

esmagador do setor financeiro' e não exatamente o setor financeiro em si, e sua fonte, o capitalismo. O ataque não é o regime, como foi a explosão de maio de 1968, mas aos seus 'abusos' numa contestação pós-política animada pelo fracasso dos partidos e da 'política internacional'³³.

A questão-chave é saber se esse e os demais movimentos conseguirão converter em projetos políticos concretos as energias que liberaram.

³³ Neste sentido GOODWIN, Jeff. 'Democracia sim, plutocracia não' in *Le Monde Diplomatique-Brasil*, ano, 5, n. 52, p. 17.

O Brasil e os movimentos sociais

Durante a ditadura militar e em oposição a ela, o Brasil assistiu a um tão amplo quanto inusitado processo de mobilização de massas, seja pelo ressurgimento do movimento sindical, seja pela luta pela anistia, seja pela defesa dos direitos humanos ou pelas eleições diretas para presidente.

É verdade, porém, que o extraordinário movimento das ‘diretas-já’ desembarcou no colégio eleitoral da ditadura, que elegeu Tancredo e levou Sarney à Presidência. Construímos a liberdade sindical mas nossas Centrais foram dominadas pelo burocratismo de esquerda. Por fim, só recentemente conseguimos instalar a Comissão da Verdade, para oficialmente registrar os crimes da ditadura, cujos operadores continuam anistiados e impunes.

A inserção da esquerda com tarefas de mando na administração do Estado, quando mais carecia de sustentação popular, terminou provocando a desmobilização de grande parte desses movimentos, cuja exceção digna de nota é o MST, sistemática e compulsivamente “criminalizado” pelos meios de comunicação, e por um Poder Judiciário que jamais renunciou ao seu papel reacionário na luta de classes.

Por outro lado, os partidos de esquerda não tiveram competência para compreender e encorajar esses movimentos, cuja contribuição é fundamental para o permanente aprofundamento da ordem democrática e para a garantia e ampliação de políticas públicas em prol da maioria da população.

Mantida sua autonomia em relação aos movimentos sociais, quaisquer que sejam seus objetivos, a tarefa fundamental da esquerda é abrir e manter canais de

relações e cooperação com a sociedade, de modo que suas reivindicações e propostas sejam incorporadas pelas estratégias partidárias. Nossa experiência, porém, não é estimulante, pois contribuiu (talvez inevitavelmente) para o refluxo do movimento sindical e do movimento social em termos gerais, um e outros muitas vezes utilizados como correia de transmissão dos interesses dos partidos.

Por outro lado, os partidos de esquerda não tiveram competência para compreender e encorajar esses movimentos, cuja contribuição é fundamental para o permanente aprofundamento da ordem democrática e para a garantia e ampliação de políticas públicas em prol da maioria da população.

A vitória da direita: a pós-política

Como não há crise exclusivamente econômica, os desdobramentos das medidas recessivas e antipopulares e as fraudes têm despertado camadas crescentes das populações em todos os continentes, se não para uma análise crítica do capitalismo e de sua doença moderna, o neoliberalismo, para a denúncia do sistema financeiro privado. Nesse sentido registramos as manifestações populares nos EUA e em quase todos os países europeus, pertencentes ou não à UE. Mas nesses países, nos quais a ocupação das ruas é costurada por um discurso contestador ainda não ideologizado, salta à vista a ausência do pensamento de esquerda e socialista, seja na organização das massas, seja na formulação da crítica, seja na indicação de saídas. À crítica moral ao regime indefensável não se seguem propostas alternativas.

De comum, entrelaçando os movimentos populares das mais variegadas origens, objetivos e distribuição geográfica, há a mencionar a ausência do comando (ou simples ditado de ‘palavras de ordem’) dos partidos, acentuando o espontaneísmo e o voluntarismo das massas.

As modificações nas direções da Grécia e da Itália, esqueçamos por um momento os personagens, principalmente o burlesco Berlusconi, configuram um assalto à democracia, à soberania e à política. O ex-primeiro ministro Papandreou foi ameaçado de crucificação por haver pretendido submeter às suas vítimas, o povo grego, o arrocho exigido pelos tecnocratas para a ‘ajuda’ à Grécia, que, por seu turno e pelo mesmo motivo esteve à beira da expulsão da Comunidade Europeia. O grande erro de Papandreou não foi sua administração desastrosa, mas haver proposto a realização de um Plebiscito, um dos mais festejados institutos da

democracia. Isso irritou a democracia ocidental de Merkel e Sarkozy, com os olhos voltados para seus respectivos sistemas financeiros. Um dia após receber um voto de confiança do parlamento grego, Papandreou renunciou para, ainda por exigência da banca internacional, ser substituído por um tecnocrata, Lucas Papademos, egresso do MIT (EUA), que assume com a missão de compor um gabinete ‘técnico’. Na Grécia, na Itália e em todo o mundo, o mal da política é a política. A demissão do ridículo e corrupto Berlusconi, que deveria estar na cadeia tantos são seus crimes, não se deu por decisão judicial, ou, como deve ser no parlamentarismo, por conseqüência de um voto de desconfiança. Mas sim pelas mãos do anônimo presidente da Itália cumprindo ordens, de novo, da dupla Merkel/Sarkozy, locutores da vontade da banca. Assim foi nomeado o tecnocrata Mário Monte (egresso da Universidade de Chicago), nada mais nada menos do que ex-presidente do Goldman Sachs, o famoso gigante do mercado. Aliás, a intervenção, desta feita, não se fez ‘intra-muros’. Antes da efetivação da mudança, o mesmo Goldman Sachs emitira uma ‘nota à imprensa’, na qual, se lê: “Um governo técnico [na Itália] teria maior credibilidade na comparação com outros executivos”³⁴. Assim, sem um voto, com o maior desprezo possível pela soberania popular, instala-se a ‘democracia de mercado’, que, em comum a todas as ditaduras, militares ou tecnocráticas, o sentimento de despreço ao chamamento da cidadania.

É a pós-política, ou a democracia sem povo.

As eleições, as passadas em Portugal e na Espanha, as futuras na Grécia e na Itália e todas as demais que se

³⁴ Cf. ROSSI, Clóvis. ‘Itália sofreu um golpe de mercado’ in *FSP*, 15.11.2011, p. A14

realizarem, decidem quem, partido ou quadro, está melhor preparado para executar o programa de arrocho imposto pela União Europeia.

A esquerda, ao invés de atacar os pilares do capitalismo, deixa-se atrair pela armadilha conservadora que reduz a crise à inexistência de regulamentação do setor financeiro privado, como se a questão do capitalismo fosse apenas de gestão. E exatamente por isso, se oferece para disputar com a direita a administração da epiderme, para em seguida ser rejeitada pelo eleitorado, porque vai rezar no catecismo do monetarismo: onde governa, ou governou (Grécia, Espanha e Portugal) aceita as regras do monetarismo e aplica políticas de ‘austeridade’ compostas de privatizações, desemprego, redução do serviço público e renúncia da soberania capitulando diante do poder econômico que governa por intermédio de seus prepostos, a Comissão Europeia do irrelevante José Manuel Barroso, o Banco Central Europeu e o FMI.

O Brasil e a crise internacional

Os efeitos da crise já chegaram ao Brasil e seu primeiro indicador é a desaceleração da atividade econômica, com a queda da produção industrial e do consumo de bens de capital. As incertezas do mercado internacional têm levado à redução dos investimentos privados, alimentando o círculo vicioso. As comodites, hoje a principal base de nossas exportações, continuarão relevantes, porém em patamar de preço e fluxo menores, sem nenhuma expectativa de crescimento das exportações de nossos manufaturados. Nesse cenário de refluxo da economia internacional, as comodites agrícolas tornar-se-ão mais atrativas que as minerais e poderemos ser beneficiados pela provável carência de proteínas pela China. Finalmente, a concorrência será cada vez mais acirrada, e por vezes desleal, em todos os mercados. Esta é a consequência do encontro da retração econômica européia com a lenta recuperação dos EUA, e as ameaças de desaceleração do crescimento da China, com a evidente queda de suas importações. Mas não é só. Para tentar evitar a *débâcle* EUA e Europa deverão se tornar ainda mais agressivos (e protecionistas) no mercado internacional. Mais uma pedra em nosso sapato.

Segundo o Banco Central, a atividade econômica do Brasil caiu 0,32% no terceiro trimestre, na comparação com o ano anterior. É a primeira retração desde o primeiro trimestre de 2009, ano da crise³⁵. A previsão dos analistas para a expansão do país, revelada pelo Banco Central,

³⁵ OESP. 18.11.2011

indica uma variação de 3,2% para 3,16, contra os 7,50 de 2010, na sexta semana seguida de queda³⁶. As estimativas para 2012 convergem para 3,5%. De outro lado, caem as previsões pessimistas quanto à inflação, independentemente de qualquer medida governamental, pois esta é a resposta da economia à queda do crescimento, principalmente da indústria, cuja estimativa de expansão foi de 4,08% para 3,74%. Para enfrentar esse desafio, a necessidade de retomada do crescimento industrial, o Governo tem lançado mão, principalmente, de sua política fiscal. Mas o grande instrumento é, hoje como sempre, o investimento no mercado interno, alimentado pela política de queda de juros (associadas ao relaxamento das medidas de restrição ao crédito) e pelo aumento do salário-mínimo em 2012, que não deve ser inferior a 14%. Para o Brasil, a melhor política continua sendo o emprego (e não necessariamente a renda) que depende da atividade econômica que, nos quadros de hoje e de sempre nos países ‘emergentes’, vá lá o eufemismo (antes éramos chamados de ‘subdesenvolvidos’ depois de ‘não-industrializados’, depois de ‘em desenvolvimento), depende do papel de um Estado indutor.

Os estrategistas não devem contar com a certeza do crescimento, se não forem tomadas, no curto prazo de medidas de aquecimento, pois o cenário contemporâneo é de queda rápida da taxa de investimentos. Se nada for feito corremos o sério risco de estagnação em 2012, preço que nos será cobrado pelas políticas de agressividade fiscal e monetária dos primeiros meses deste ano.

São muitos os desafios, desde o enfrentamento da dívida pública e do custeio da dívida externa ao chamado

³⁶ Idem. 15.11.11

‘custo Brasil’, que envolve: as escandalosas deficiências de logística e infraestrutura; dramática ineficiência do aparelho burocrático; sistema tributário que penaliza a produção e estimula a fraude, a sonegação e a informalidade; um malha viária precária; o calamitoso caos do sistema nacional de segurança pública; a crônica crise da saúde pública universal; os desníveis econômicos regionais; a imoral concentração de renda e, dela decorrentes, as brutais desigualdades sociais; e a baixa escolaridade de nossos trabalhadores.

Em quadro assim tão largo é difícil identificar hierarquia de gravidade. Mas salta aos olhos a deficiência do ensino, em todos os níveis. Na raiz de questão tão grave está a criminoso dilapidação da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus, iniciada sob o mandarinato militar e levada a cabo com perverso êxito pelos governos neoliberais.

Temos ainda graves problemas decorrentes da redução da taxa de fecundidade associada à inversão da composição etária, com graves repercussões sobre as políticas públicas.

Sem falar na crise do Estado, de sua legitimidade e de sua eficiência gravemente atingida após o ataque neoliberal, enfraquecendo-o em seu papel de indutor da economia e desaparelhando-o para o enfrentamento das grandes corporações transnacionais, que já respondem por 50% do PIB mundial.

Não se trata, porém, de enunciar a crise brasileira.

Todos esses problemas podem ser enfrentados por um Estado moderno concebido como transição para o socialismo, apoiado por uma sociedade mobilizada por um projeto nacional comum.

Esse projeto, porém, haverá de ter, como base de sustentação, a retomada do planejamento público-governamental, a reconstituição e reaparelhamento do Estado, que deverá ser posto a serviço do desenvolvimento

com qualidade de vida, como agente da consolidação e aprofundamento da democracia.

Nesse sentido, e com este objetivo propomos, à discussão, as seguintes medidas que devem constituir a Ação governamental do Partido Socialista Brasileiro:

Retomada do princípio do planejamento público como instrumento estratégico;

Investimentos maciços e continuados em ciência, tecnologia e inovação, sem o que permaneceremos o que sempre fomos: meros produtores de bens primários, minérios e grãos, sem nenhum valor agregado. O 'novo' Brasil recusa o projeto neoliberal de transformá-lo na grande fazenda do mundo industrializado;

Investimentos continuados no programa nuclear brasileiro pacífico e retomada do programa espacial;

Reestruturação da indústria de defesa, indispensável para a preservação de nossa integridade territorial, de nossa autonomia e de nosso resguardo em um mundo em transição dominado por conflitos militares.

Fortalecimento e expansão do sistema financeiro público;

Retomada do controle cambial e manutenção da política de redução da taxa de juros;

Recriação do imposto sobre exportações;

Reduzir o endividamento com risco cambial do setor privado;

Política fiscal anti-cíclica e pró-investimento do Estado.

Reforma tributária que proteja a Federação, adote a progressão dos impostos e desonere a produção, aumentando a contribuição dos mais ricos.

Para que não digam que só falei de espinhos, lembro que os fluxos de capitais de curto prazo tendem a se

manter nos atuais níveis e devem crescer os fluxos de longo prazo, com a retração, que não nos fará mal, do capital especulativo. O investimento direto deve continuar pois o Brasil continua como um dos mais interessantes abrigos para o capital internacional, em busca de bons resultados, lucro e segurança³⁷. De outra parte as perspectivas para investimentos apontam para o crescimento elevado nos próximos anos.

O Brasil, malgrado nossas limitações estruturais, dispõe das condições essenciais para enfrentar a crise, e ao mesmo tempo desenvolver-se de sorte a construir uma nova sociedade, menos injusta, mesmo desigual, transformar seu modelo econômico, e sair da crise sem traumas. Possivelmente melhor do que está hoje:

- um grande território beneficiado pela sua localização tropical, que lhe oferece temperaturas e clima que permitem a atividade agrícola em toda a sua extensão e durante todo o ano;
- uma grande costa marítima, grandes rios de penetração e fronteiras pacificadas; inexistência de contencioso ou conflito com quaisquer países, fronteiriços ou não;
- provavelmente a maior reserva de água do mundo;
- a mais completa matriz energética do mundo, que compreende recursos hidrológicos, energia nuclear, eólica, solar, combustíveis fósseis e bicomustíveis;

³⁷ No último mês foram anunciadas a instalação, em nosso país, de três novas montadoras de automóveis, o que é indicador de confiança internacional na economia brasileira. Se haverá mercado para tanto carro..., bem isso é outra coisa.

- a segunda produção de alimentos e grãos do mundo.
- um parque industrial já bem desenvolvido e uma boa base científico-tecnológica; e, sobretudo,
- um grande povo com notáveis e raras qualidades, com a capacidade de inovação e criatividade, amante da paz e da amizade com todo o mundo, desfrutando de inigualável unidade cultural, territorial e lingüística, livre de conflitos étnicos, culturais ou religiosas, ou de apelos à secessão.

Nosso futuro está em nossas mãos pois depende exclusivamente de nossa política, a qual, contrariando a ladainha dos economistas midiáticos, depende da continuidade do Estado indutor, da abertura do crédito (alcançando principalmente o consumo popular), dos investimentos públicos, do aumento da produção industrial, da regular queda do juros e da desvalorização do câmbio. E do esforço para aumentar e diversificar nossas exportações, dando-se atenção primordial para o desenvolvimento da América do Sul, do qual nosso país deve ter a inteligência de ser um agente.

Ponto final

Por todas as razões conhecidas, a segundadécada do Século XXI, de par com a crise em seus primeiros vagidos, se anuncia como das mais desafiadoras de nossa história contemporânea, exigindo da esquerda socialista reflexão (compreensão do processo histórico e de seu papel nele) e, como resultante, nossa intervenção prática.

O futuro depende exclusivamente de nossa política, a qual, contrariando a ladainha dos economistas midiáticos, depende do fortalecimento do Estado indutor, da abertura do crédito (alcançando principalmente o consumo popular), dos investimentos públicos, do aumento da produção industrial, da regular queda dos juros e da desvalorização do câmbio. E do esforço para aumentar e diversificar as exportações, dando-se atenção primordial para o desenvolvimento da América do Sul, do qual devemos ter a inteligência de ser um agente.

Como se vê, estamos falando do Brasil e aderindo a um receituário em nada incompatível com qualquer capitalismo ortodoxo.

É possível pensar mais à frente?

Toda crise – e os grandes abalos eclodem a intervalos variáveis – tem sua história própria e cada uma gera suas próprias conseqüências

O fenômeno comum é a gestação de um novo mundo, com novas relações sociais e econômicas e uma nova geopolítica. Esse novo mundo, cujos contornos não sabemos prever, espicaçado por inovações tecnológicas e alterações comportamentais, oferecerá aos seus contemporâneos a possibilidade de escolha. Enfim, de fazer História.

Tudo depende do que nossos povos decidam fazer da política.

Em sua conhecidíssima réplica a Feuerbach, Karl Marx lembrava que o fundamental não era mais explicar o mundo, mas transformá-lo³⁸. Agora, é preciso dizer que, para mudar, é necessário conhecer. Conhecer não mais para continuar explicando, mas para intervir, alterando o sentido dos acontecimentos e buscando a construção de uma nova ordem política e de uma ordem econômica voltadas para os interesses da maioria.

Conhecer de todas as formas, a partir da reflexão, por sem dúvida, mas conhecer também mediante a participação, a organização, o ativismo, a militância. Conhecer para transformar. Os jovens que ocupam *Wall Street* estão realizando uma profunda reflexão sobre o sistema econômico de seu país e, ao mesmo tempo, oferecendo uma lição de *práxis* ao resto da humanidade.

As pessoas aprendem com suas próprias experiências.

Quando a esquerda socialista parece haver ensarilhado as armas, esses jovens estão a dizer que ‘mudar é possível’. Mudar para o quê ainda não sabem, mas já deram o primeiro e essencial passo.

A análise ao significado prático dessa rebeldia é outra coisa. No momento, registramos tão simplesmente o rompimento com a inação. Em outras palavras: queremos crer que a ação direta começará a construir respostas às dúvidas.

³⁸ “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo.” MARX, Karl. *Teses contra Feuerbach*. In *Marx*. Col. Os Pensadores. Abril Cultural. São Paulo. 1985. p. 53

Mas que mundo a ação das massas, condicionada pela realidade objetiva e pela correlação de forças construirá? Neste caso, qualquer previsão é um pecado, mas as aproximações, naturalmente eivadas de carga subjetiva, são possíveis.

O futuro imediato da Europa é austeridade, recessão, déficit. Para financiar a privatização do sistema financeiro privado cortar-se-ão salários, aposentadorias e empregos, cessarão os investimentos públicos. Aumentar-se-ão as contas de águas, gás, eletricidade, transportes³⁹...

É possível prever o réquiem da Europa, em agonia desde o fim da exploração colonial, o grande fruto da Segunda Guerra Mundial. É possível prever a sobrevivência da Alemanha e da França e desindustrialização da Itália. Portugal terá de renunciar aos seus sonhos europeus e voltar à Península Ibérica. A Espanha deve dar-se por satisfeita se mantiver sua unidade. O que resta da Europa, se mantiver a atual boa qualidade de seus serviços, conservar seus museus e não for abalado por grandes comoções, poderá ser o que é hoje, um bom destino turístico. Aliás, Alemanha e França bem que poderiam ajudar a recuperação da Grécia e da Itália, tanto quanto países como o Egito, simplesmente devolvendo aos seus legítimos donos o butim de suas guerras, conquistas e invasões, de Napoleão a Hitler. Mas isso poderia esvaziar seus museus e pinacotecas afetando o turismo internacional, de natureza já ameaçado pela recessão. A alternativa, neste caso, seria simplesmente ressarcir aqueles povos do roubo e do furto de suas riquezas.

³⁹ Merkel: "A Europa está em um dos mais difíceis, talvez o mais difícil momento desde a Segunda Guerra Mundial". (*O Globo*. 15.11.11)

O Japão compensará sua carência de matérias-primas com sua base científico-tecnológica e educacional, tanto desprezada pelo Brasil. Mas a liderança econômica, política e militar, disputada espaço passo a passo com os EUA, é, e será por muito tempo um trunfo da China.

Os EUA sairão da crise (principalmente do ponto-de-vista político) menores do que entraram, embora seja muito pouco recomendável apostar na recessão ou na sua dificuldade de recuperação. A recessão, com os dados de hoje, está afastada; ao analista resta estimar o prazo maior ou menor para a recuperação econômica. No mercado internacional terçará armas com chineses e emergentes⁴⁰, até aqui os que podem sonhar com avanços, após a tempestade. Emergentes, neste texto, não se refere apenas aos BRICs, pois compreende a África do Sul e países muito pouco referidos, como Austrália e Nova Zelândia.

Muito contribuiu para a ascensão desses países, a partir de questões geopolíticas como território, população e a posse de recursos naturais, o fato de não haverem adotado, na defesa de suas economias, qualquer dos ordenamentos da ortodoxia liberal. O exemplo brasileiro, na espécie, foi paradigmático com a corajosa decisão de nosso governo de rejeitar a recessão e investir no mercado interno, o que foi feito por Lula e tem continuidade no Governo Dilma, contaminada porém sua administração pelos receios de uma recidiva inflacionária, donde seu comportamento cauteloso em face dos desdobramentos insondáveis da crise internacional. Daí, prometendo relaxar o mercado interno, a reclamada política de contínua embora ainda lenta queda

⁴⁰ Não me refiro à Europa porque 75% do seu comércio se operam dentro do bloco.

das taxas de juros. Essa política, cuja continuidade o Banco Central anuncia para 2012, lamentavelmente ainda não se fez acompanhar do controle do câmbio, fórmula única de, assegurando o crescimento, salvar a indústria nacional manufatureira em face da concorrência desigual do mercado internacional, e da artificial desvalorização do dólar.

No plano geopolítico os EUA terão de aceitar os termos da multipolaridade, nada obstante sua escandalosa superioridade militar e sua conhecida necessidade de fazer a guerra, até para sair de atoleiros econômicos ou impasses políticos domésticos. Assim partilhará zonas de influência com a China (Ásia) e com a Rússia (leste europeu) que, nada obstante tudo, conservou-se como potência nuclear. Embora esteja presente em todos os Continentes diretamente (na América Latina, além de suas bases militares pôs em operação sua IV Frota) ou mediante prepostos (por exemplo, Israel no Oriente Médio), os EUA partilham com seus associados a influência regional. São os casos do Japão (na Ásia) e da dupla Alemanha-França na Europa. E tem sempre à sua disposição as tropas da OTAN.

Lamentavelmente (é a ditadura da realidade sobre o sonho), o capitalismo sobreviverá, como sobreviverá o Estado assim como o conhecemos. Que capitalismo, que Estado, eis a questão. Já nas rodas acadêmicas e ensaios universitários ouve-se e lê-se a afirmação de que não existe o capitalismo (significando um determinado modelo, preciso), mas os capitalismos, o que procura ressaltar seu poder de transformação e mimetismo que teria passado despercebido pela lupa de Marx. Esse capitalismo reavivado ou renovado ou transformado pela crise retornaria a um keynesianismo de profundos compromissos com a intervenção no domínio econômico e estaria associado a um Estado forte, política e institucionalmente, o qual retomará seus papéis de indutor da economia e coordenador das políticas sociais. Nada de novo, como se vê, pois seria apenas uma

mudança de guarda, sai o estado liberal e volta à cena o Estado social que emergiu na Europa sob os escombros da Segunda Guerra Mundial. Este capitalismo pós crise poderá ser mais democrático, mais transparente, mais participativo, menos excludente, menos monopolista, menos concentrador de renda, ou seja, menos injusto e imoral? Nada no horizonte aconselha uma aposta neste sentido.

Um desdobramento dessa hipótese é a adoção do modelo chinês. Veja-se como a história urde suas peças: a China que depois do comunismo nos prometeu um socialismo próprio, a saber, o ‘socialismo de mercado’, terminou por oferecer às ‘democracias ocidentais’ com as quais tanto pelejou, um eficiente modelo de capitalismo de Estado, ou, como muitos preferem, ‘capitalismo de partido-Estado’, lamentavelmente com um mínimo de democracia e um mínimo de proteção de seu operariado.

Assim se encerraria o glorioso ciclo aberto com ‘a Grande Marcha’.

Evidentemente essas especulações – e antecipar-se à História é o sonho de toda futurologia—, considera que não há alternativa fora do capitalismo, e se assim é, cumpre-nos tão somente procurar, no capitalismo, isto é, segundo suas regras, leis e valores, as alternativas para a crise, que é dele.

Não obstante os riscos de brigar com a realidade, numa correlação de forças desfavorável, penso que cabe à reflexão socialista construir suas e nossas próprias alternativas, considerando a riqueza de elementos que a História nos oferece, com a débâcle do ‘socialismo real’ e o fracasso renitente do capitalismo, em qualquer de suas apresentações, americana, européia ou Asiática, e em qualquer de suas manifestações, seja a eficiência, seja a segurança, seja a política, seja a ética.

Pelo menos em homenagem a pensadores como Florestan Fernandes, que iluminou nossas reflexões, ou a militantes como Antônio Houaiss, Jamil Haddad e Miguel Arraes, que nos trouxeram até aqui, insistamos em afirmar que, nos marcos do capitalismo não há alternativa para a humanidade e o planeta, donde nosso dever filosófico, político e moral de concentrar todos os esforços no projeto de construir um novo mundo, a partir das categorias do socialismo.

Termino com Marx (com quem comecei) e com Max (o Weber) que tanto encantou seus adversários: com o primeiro aprendemos que o sonho é indispensável, mas que, para sonhar, é preciso ter consciência; o segundo nos ensinou que o possível histórico é a soma de sonhos e utopias impossíveis.

Outras obras de Roberto Amaral (livros)

Ensaaios

Socialismo & democracia. Brasília. Fundação João Mangabeira. 2011.

Ciência, tecnologia e soberania nacional. Brasília. Senado Federal. 2011.

Manual da eleições (em colaboração com Sérgio Sérvulo). São Paulo. Editora Saraiva. 2010.

A esquerda socialista: impasses e alternativas (mensagem aos que acreditam que outro mundo melhor é possível). Rio de Janeiro. Cebela. 2005.

O papel do intelectual na política. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha. 2005.

Ciência e tecnologia a serviço do progresso e da inclusão social. Brasília. UNESCO. 2003.

Ciência e tecnologia: desenvolvimento e inclusão social. Brasília. UNESCO 2003.

Textos políticos da história do Brasil (em colaboração com Paulo Bonavides) Brasília. Edições Técnicas do Senado Federal. 2002.

Em defesa da utopia ou a necessidade de defender Dom Quixote contra a ameaça dos Sanchos Panças. Brasília. Fundação João Mangabeira. 2006.

Legislação eleitoral comentada. Rio de Janeiro. Revan. 1996.

FHC: os paulistas no poder (Org.) Rio de Janeiro. Casa Jorge Editorial. 1995.

Perspectivas do direito público (obra coletiva), Del Rey. Belo Horizonte, 1995

A modernidade no Brasil: conciliação ou ruptura? (em colaboração com Antônio Houaiss). Vozes. Petrópolis. Rio Janeiro. 1993

Socialismo, vida, morte, ressurreição. (em colaboração com Antônio Houaiss). Vozes . Petrópolis, Rio de Janeiro. 1993

Porque Cuba (obra coletiva) Revan. Rio de Janeiro. 1992

Controvérsias socialistas. Senado Federal. Brasília. 1992.

Reflexões sobre o conceito de democracia (em colaboração com Antônio Houaiss). Senado Federal. Brasília. 1992.

Socialismo e liberdade. (em colaboração com Antônio Houaiss). Senado Federal. Brasília. 1992.

Introdução ao estudo do Estado e do direito. Rio de Janeiro. Forense. 1990.

Politics and Mass Media in Latin America(obra coletiva). Sage Publications. Londres. 1988.

Crônica dos anos Geisel. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1987.

Introdução ao estudo do Estado e do Direito. Forense Editora. Rio de Janeiro. 1986

Poluição, alienação e ideologia. Rio de Janeiro. Edições Achiamé. 1983.

Comunicação de massa, o impasse brasileiro. (Org.) Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1978.

Introdução ao estudo do direito. Zahar. Rio. 1976.

Intervencionismo e autoritarismo no Brasil. São Paulo. Difel. 1975.



